



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600382-90.2020.6.02.0029 - Belo Monte - ALAGOAS

RELATOR: Desembargador EDUARDO ANTONIO DE CAMPOS LOPES

RECORRENTE: ELEICAO 2020 ROSANA GOMES SANTOS VEREADOR, ROSANA GOMES SANTOS

Advogados do(a) RECORRENTE: CLARISSA ROCHA ALBUQUERQUE - AL0013063, CLAUDIO CESAR BARBOSA PEREIRA FILHO - AL0014193, DANIEL DE MACEDO FERNANDES DA SILVA - AL7761, MARCOS VINICIUS DO NASCIMENTO BARROS - AL13382-A, ANDRE PAES CERQUEIRA DE FRANCA - AL9460-A, GUSTAVO HENRIQUE DE BARROS CALLADO MACEDO - AL9040-A, MOISES LACERDA MARTINS TAVARES - AL13325, JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE - AL10296-A

Advogados do(a) RECORRENTE: CLARISSA ROCHA ALBUQUERQUE - AL0013063, CLAUDIO CESAR BARBOSA PEREIRA FILHO - AL0014193, DANIEL DE MACEDO FERNANDES DA SILVA - AL7761, MARCOS VINICIUS DO NASCIMENTO BARROS - AL13382-A, ANDRE PAES CERQUEIRA DE FRANCA - AL9460-A, GUSTAVO HENRIQUE DE BARROS CALLADO MACEDO - AL9040-A, MOISES LACERDA MARTINS TAVARES - AL13325, JOSE EDUARDO DO NASCIMENTO GAMA ALBUQUERQUE - AL10296-A

EMENTA

RECURSO ELEITORAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. ELEIÇÕES 2020. BELO MONTE/AL. CONTAS DESAPROVADAS. ALEGAÇÕES RECURSAIS GENÉRICAS E VAGAS. RECURSO QUE NÃO OFERECE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO ELEITORAL NÃO CONHECIDO.

Acordam os Desembargadores do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar de ausência de impugnação específica, com ofensa ao princípio da dialeticidade, razão pela qual não se conhece do Recurso Eleitoral, nos termos do voto do Relator.

Maceió, 03/12/2022

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso Eleitoral na prestação de contas de campanha de ROSANA GOMES SANTOS, atinentes à candidatura ao cargo de vereadora de Belo Monte/AL nas eleições de 2020.

Na Sentença recorrida de ID 9855899, o Magistrado de primeiro grau entendeu por desaprovar as contas do Recorrente, sob o argumento de recebimento de recursos de fonte vedada, além da existência de sobra de campanha em valor divergente ao quanto declarado.

Nas razões recursais de ID 9855910 o Recorrente, em um primeiro momento, fez um relato dos autos, com imagens do processo, para em seguida afirmar o cumprimento de todas as obrigações legais, além de que deveriam ser considerados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Oficiando nos autos, a Douta Procuradora Regional Eleitoral emitiu o Parecer de ID 9865704, o Ministério Público pugnou pelo não conhecimento do Recurso, por ofensa ao princípio da dialeticidade recursal. Para o MP o Recurso não apresenta impugnação específica aos fundamentos da decisão atacada, o que não atende aos propósitos do recurso.

Intimado para se manifestar sobre a questão do não conhecimento do Recurso, o Recorrente deixou transcorrer o prazo *in albis*.

É, em breve suma, o relato dos autos.

VOTO

Senhores Desembargadores, o presente feito traz à apreciação deste Egrégio Tribunal o Recurso Eleitoral manejado em face da Sentença de ID 9855899, que desaprovou as Contas de Campanha de ROSANA GOMES SANTOS, atinentes à candidatura ao cargo de vereadora de Belo Monte/AL nas eleições de 2020.

No que concerne ao juízo de admissibilidade recursal, o Ministério Público Eleitoral apresenta questão preliminar de ausência de impugnação específica aos

fundamentos da sentença, opondo obstáculo ao conhecimento do presente Recurso.

Conforme aduz o Parquet no Parecer de ID 9865704, o Recorrente não impugnou diretamente os fundamentos no qual se funda a sentença atacada, não havendo uma coerência dialética entre as razões recursais e os motivos ensejadores da rejeição das contas.

As razões impugnatórias seriam, genéricas ou mesmo incoerentes com o conteúdo da sentença atacada, não se preocupando o Recorrente a tratar efetivamente das questões que ensejaram a rejeição das Contas, emulando apenas um discurso alheio à realidade dos autos.

Em consonância com o consignado Ministério Público Eleitoral, constata-se que na sentença atacada fundamentou a desaprovação das contas em fatos perfeitamente delineados, notadamente no que se refere ao recebimento de recursos proveniente de fonte vedada, além da divergência dos valores declarados como sobra de campanha.

O Recorrente, por sua vez, não se preocupa em momento algum de suas razões em enfrentar efetivamente os vícios que fundamentam a sentença, limitando-se a afirmar aleatoriamente a impertinência da decisão, o cumprimento de todas as obrigações legais, esquivando-se, contudo do problema dos extratos bancários.

Tais argumentos recursais, de fato, não coincidem com os motivos que conduziram à desaprovação das contas, tampouco realiza impugnação específica dos vícios apresentados como razão de decidir, conforme se conclui da simples leitura da Sentença.

Nesse contexto, tenho que a conduta do Recorrente não se coaduna com o princípio da dialeticidade, que impõe um ônus argumentativo para a via de impugnação recursal.

Com efeito, a parte que pretende obter a reforma de determinada sentença obriga-se ao encargo argumentativo guiado pelo propósito de demonstrar a impertinência do quanto afirmado na decisão atacada.

O exame recursal submete-se a critérios racionais rígidos, realizando o cotejo entre o acervo probatório contido nos autos, a decisão judicial atacada e as razões de impugnação, cujo conteúdo deve demonstrar efetivamente o desacerto do ato a que persegue a reforma.

O ônus argumentativo específico e efetivo revela-se elemento indispensável a regular constituição e procedibilidade de impugnação recursal, conforme disposição contida no Código de Processo Civil, verbis:

Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá:

(...)

III – as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade;

O chamado Princípio da Dialeticidade impõe uma necessária coerência entre as razões recursais invocadas para a reforma e os fundamentos do julgado recorrido, como condição para o conhecimento da via impugnatória.

É pacífico na jurisprudência dos Tribunais Superiores, que a inobservância do ônus da dialeticidade recursal obsta o conhecimento do pedido de reforma, como se pode extrair, exemplificativamente, dos seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERPOSTO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INÉPCIA. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR FORMAL DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. ARTIGO 543-A, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL C.C. ART. 327, § 1º, DO RISTF.

(...).

4. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INÉPCIA. NÃO CONHECIMENTO. Vige em nosso ordenamento o Princípio da Dialeticidade segundo o qual todo recurso deve ser formulado por meio de petição na qual a parte, não apenas manifeste a sua inconformidade com ato judicial impugnado, mas, também e necessariamente, indique os motivos de fato e de direito pelos quais requer o novo julgamento da questão nele cogitada. 5. Agravo regimental não provido.

(STF – 1ª Turma - ARE 664044 AgR/MG - Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 13/03/2012 – DJE de 28-03-2012)

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA. VEREADOR. INELEGIBILIDADE DA ALÍNEA L DO INCISO I DO ART. 10 DA LC 64/90. FUNDAMENTO NÃO INFIRMADO. AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS HÁBEIS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O Agravo Interno deixou de infirmar o fundamento da decisão recorrida de que decisões monocráticas proferidas por Tribunais não eleitorais não se prestam para demonstrar divergência jurisprudencial. Na linha do que já decidiu esta Corte, o princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito capazes de infirmar todos os fundamentos do decisor que se pretende modificar, sob pena de vê-lo mantido por seus próprios fundamentos (AgR-AI 231-75/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 2.8.2016).

2. A matéria discutida em decisões monocráticas proferidas por Ministros do STF, bem como no RE 929.670 - com repercussão geral reconhecida -, diz respeito à possibilidade de ser aplicado o prazo de inelegibilidade previsto na alínea d do inciso I do art. 1º da LC 64/90, com as alterações da LC 135/2010, às condenações em Representações na Justiça Eleitoral nas quais, antes da vigência da lei, tenha sido estabelecido o prazo inferior, então vigente. Situação diversa é a inelegibilidade debatida nos autos, prevista na alínea l do inciso I do art. 1º da LC 64/90, para a qual o prazo previsto na LC 135/2010 se aplica a condenações ocorridas antes de sua vigência, conforme assentou o STF no julgamento das ADCs 29 e 30 e da ADI 4.578/DF. Precedente: AgR-REspe 160-56/SP, Rel. Min. HENRIQUE NEVES DA SILVA, publicado na sessão de 25.10.2016.

3. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral nº 12851, Acórdão de 28/11/2016, Relator(a) Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 28/11/2016)

Também o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas já teve a oportunidade de, à unanimidade de votos, negar seguimento a Recursos Eleitorais em virtude de ofensa ao Princípio da Dialeticidade, conforme exemplificam os julgados abaixo citados:

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO A PREFEITO E VICE-PREFEITO. MUNICÍPIO LIMOEIRO DE ANADIA/AL. CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS. IRRESIGNAÇÃO DA COLIGAÇÃO ADVERSÁRIA. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO ELEITORAL NÃO CONHECIDO. (TRE-AL - Recurso Eleitoral Nº 87-23.2016.6.02.0036 - Limoeiro De Anadia – Al - Relator(A): Desembargador Eleitoral Pedro Augusto Mendonça de Araújo. julgado em: 06/04/2017 (sessão Nº 27/2017). (DEJEAL) de nº 65, em 10/04/2017).

RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA. CARGO DE VEREADOR. REVISÃO DOS QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO. NÚMERO DE VAGAS DE VEREADOR. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECONHECIMENTO DA COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO RECURSAL ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS DO JULGADO. VIOLAÇÃO AO POSTULADO DA DIALETICIDADE. NÃO-CONHECIMENTO DO RECURSO. (Recurso Eleitoral nº 20-17.2013, Acórdão de 24/03/2014, Relator(a) Des. Eleit. FREDERICO WILDSON DA SILVA LACERDA DANTAS, Publicação DJE de 26/03/2014).

Merece ainda destaque o teor do verbete sumulado do Tribunal Superior Eleitoral de nº 26, firmado nos seguintes termos:

É inadmissível o recurso que deixa de impugnar especificamente fundamento da decisão recorrida que é, por si só, suficiente para a manutenção desta.

Diante do exposto, especialmente da ausência de vinculação entre os argumentos veiculados no presente apelo e os fundamentos apontados pelo juízo sentenciante para a desaprovação das contas apresentadas, acompanhando o Parecer Ministerial, voto no sentido de acolher a preliminar de ausência de impugnação específica, com ofensa ao princípio da dialeticidade, razão pela qual deixo de conhecer do Recurso Eleitoral.

É como voto.

Des. Eduardo Antonio de Campos Lopes
Relator

